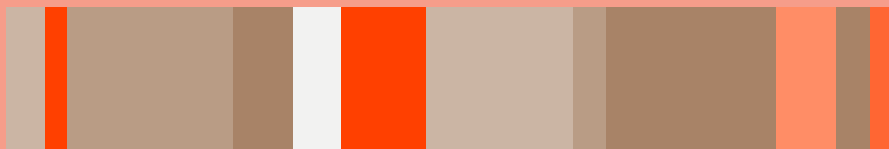




Inesc +

**COMMON
DATA** ⊕

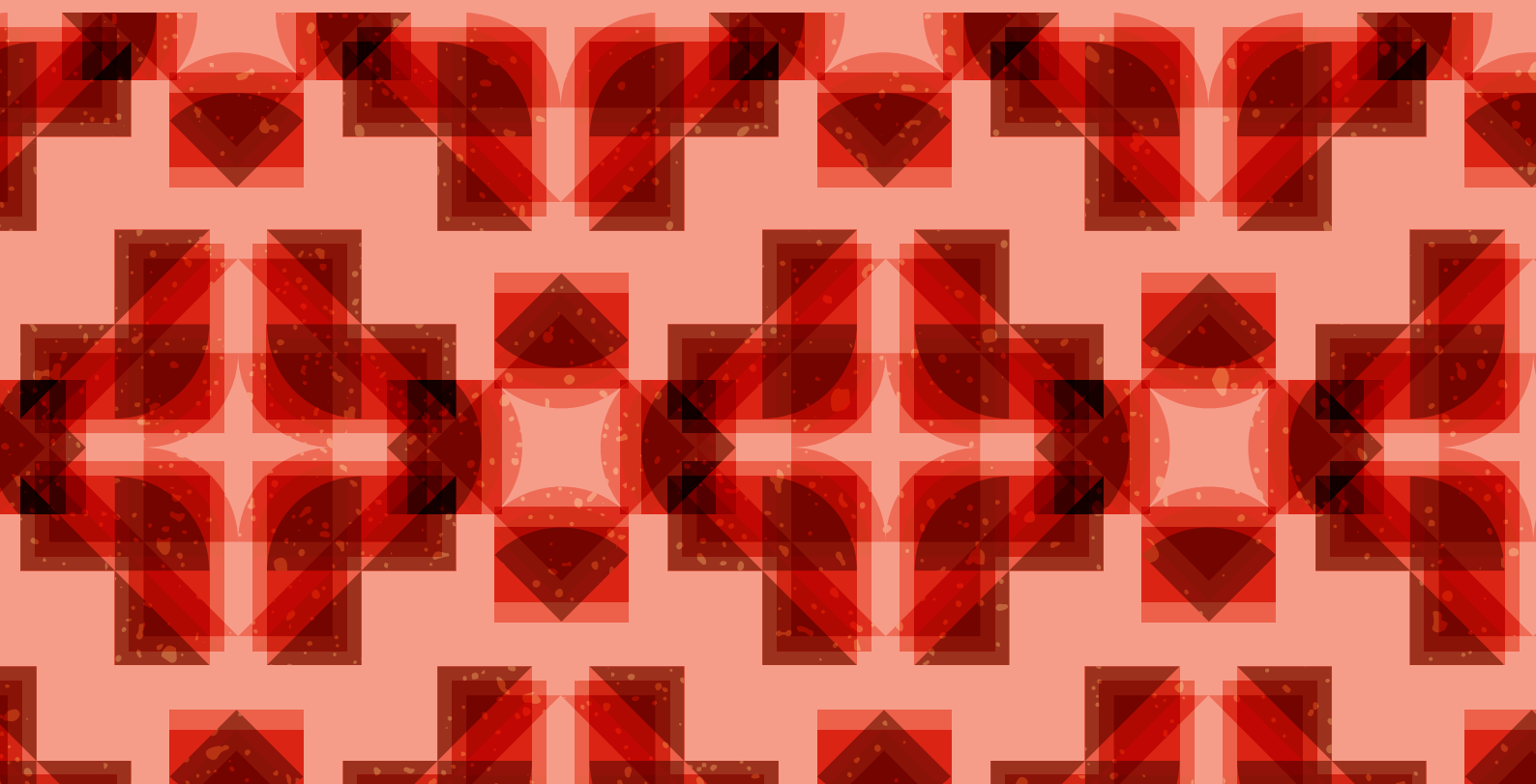
coletivo científico para
o desenvolvimento



ANÁLISE DE CANDIDATURAS



RELIGIOSOS



PERFIL DO PODER
ELEIÇÕES 2026

EQUIPE DO INESC

Conselho Diretor

Romi Bencke
Luiz Gonzaga
Elisabetta Recine
Aline Maia
Wânia Santana

Conselho Fiscal

Lucas Alencar
Iliana Canoff
Ronaldo Garcia
Sérgio Haddad (*suplente*)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Thayza Benetti

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Carolina Alves
Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Lara Montenegro
Rárisson Sampaio
Renaud Evina
Teresa Ruas
Thallita de Oliveira

Equipe de Comunicação

Ciléia Pontes
Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Ferrari Puzzi

Educador Social

Markão Aborígene

Assessoria Técnica

Adriana Pereira
Marcela Coelho M. Esteves
Morgana Brenda

Assessoria Técnica de Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem – PMAA

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Adalberto Vieira dos Santos
Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott
Foundation
ClimateWorks/CLUA – The
Climate and Land Use Alliance
ETF – Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Heinrich Böll
Fundação Ford
Fundar
Fundo Malala
ICS – Instituto Clima e
Sociedade
KNH – Kindernothilfe
OSF – Open Society
Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway
TILT Collective – Windward
Fund
União Europeia
Porticus

FICHA TÉCNICA

Coordenação Política

Cristiane Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin
Colegiado de Gestão do Inesc

Coordenação Técnica

Cristiane Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Redação e revisão técnica

Inesc
Carmela Zigoni
Common Data
Camila Fraccaro Camargo
Janaina Lopes Pereira Peres
Juliana Ferreira da Silva Menezes
Lara Silva Laranja
Luciana Guedes da Silva

Projeto gráfico e Diagramação

Gabriela Alves

Brasília, Agosto de 2026

*É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita,
desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.*

1. Introdução

A presença de religiosos não é um fenômeno novo na política brasileira. Contudo, de acordo com dados da Nexus, da FSB Holding, houve um aumento de 225% do número de candidaturas municipais com termos religiosos em nome de urna entre 2000 e 2024¹, passando de 2.215 para 7.260. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE), registrada em 23 de maio de 2023, é atualmente composta por 209 deputados e 26 senadores, totalizando 40,73% da Câmara dos Deputados e 32% do Senado². Articulada a duas outras, a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP), formam a bancada BBB (boi/FPA, bíblia/FPE e bala/FPSP). Embora informal, essa articulação representa hoje a maioria no Congresso Nacional³.

De acordo com os dados do Censo de 2022, mais de 90% da população brasileira declara ter religião ou culto. Nas respostas, 56,7% se declaram católicos, 26,9%, evangélicos, 1,8%, espíritas, 1,0%, de umbanda e candomblé, 0,1%, de tradições indígenas, 4,0% de outras religiosidades, e 9,3% sem religião, enquanto 0,2% não declararam sua religiosidade.

Na política nacional, a influência religiosa é orientada por um debate moral e conservador. Exemplo foi o pedido de urgência na tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 1904/2024, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo nos casos de gravidez resultante de estupro. Para além da pauta moral, em maio de 2026, a Câmara dos Deputados aprovou em plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5/2023, que permitiria que entidades religiosas, creches, comunidades terapêuticas, monastérios, seminários, conventos, serviços de acolhimento institucional e atividades socioassistenciais sem fins lucrativos adquiram bens ou serviços necessários para sua operação, sem a incidência de impostos, desde que atendam a condições e critérios definidos por lei complementar.

¹ Disponível em <https://www.nexus.fsb.com.br/estudos-divulgados/469-candidatos-com-nomes-religiosos-sao-eleitos-no-1-turno/>

² Dados da Frente Parlamentar Evangélica da câmara dos Deputados. Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-parlamentares/57/54477/membros>. Acesso em 27 de julho de 2026.

³ De acordo com estudo do DIAP sobre bancadas informais no congresso, de novembro de 2022, a bancada ruralista é composta por 81 parlamentares; a evangélica, por 85; e a da segurança, por 66. O estudo está disponível pelo link https://www.diap.org.br/images/stories/bancadas_informais_congresso_2023_2027.pdf.

Em 9 de julho deste ano, a seccional cearense (CNBB Regional Nordeste I) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou nota⁴ de orientação ao clero e demais agentes de pastoral, direcionada a presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas e lideranças pastorais. Na nota, que evoca o direito canônico e as diretrizes do Vaticano, é reiterado que a filiação partidária aos clérigos, presbíteros e diáconos é proibida, bem como a candidatura a cargos eletivos, a participação ativa em campanhas eleitorais e o uso de espaços e redes sociais para fins políticos. Não foram encontradas outras diretrizes de outras entidades religiosas, sinalizando para uma possível falta de transparência na forma como as igrejas se posicionam em relação à ocupação de espaços de poder.

Este estudo analisa o fenômeno da presença religiosa nas eleições a partir da referência a termos religiosos no nome na urna das candidaturas nas Eleições de 2026. Contempla, também, o levantamento da presença de religiosos a partir da declaração de ocupação (profissão) das candidaturas.

2. A legislação eleitoral e a presença de religiosos nas eleições

A Constituição Federal de 1988 assegura, no art. 5º, incisos VI e VIII, a plena liberdade de crença, consciência e exercício do culto religioso. Esses direitos fundamentais garantem que religiosos – sejam líderes, fiéis ou candidatos(as) com identidade religiosa – possam participar da vida política brasileira em igualdade de condições com qualquer outro cidadão. Pastores, padres, rabinos e demais líderes podem se candidatar, fazer campanha, declarar apoio a candidatos e manifestar suas posições sobre temas de interesse público. Não existe, na legislação eleitoral brasileira, qualquer vedação à participação política de pessoas em razão de sua fé ou função religiosa.

Entretanto, o uso abusivo da estrutura e da autoridade religiosa para desequilibrar a disputa eleitoral é vedado, de acordo com o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No acórdão do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº 0600354-26.2024.6.26.0220 sobre as eleições municipais de Votorantim (SP), julgado em maio de 2026, a corte entendeu que o chamado “abuso de poder religioso” não constitui ilícito autônomo — ou seja, simplesmente pregar, rezar por candidatos ou manifestar preferências eleitorais dentro de um culto não é, por si só, crime eleitoral. O ilícito se configura quando a estrutura religiosa é instrumentalizada de forma deliberada e com gravidade suficiente para comprometer a igualdade do pleito, enquadrando-se nas

4 O texto da normativa foi encontrado no link <https://www.instagram.com/p/DanslrjL8R>. Disponível em <https://www.cnbbnei.org.br/episcopado-do-ceara-divulga-orientacoes-para-o-periodo-eleitoral/>. Os acessos foram realizados em 27 de julho de 2026.

modalidades tipificadas de abuso de poder político ou econômico previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade). A linha divisória, portanto, não é a fé, mas o desvio de finalidade e o impacto concreto na competição eleitoral⁵.

3. Metodologia

A metodologia utilizada no estudo foi desenvolvida em 2022, no âmbito da parceria entre o Inesc e o CommonData, com o objetivo de analisar a presença de religiosos nas urnas eleitorais, sendo replicada em 2024. A metodologia visa compreender a presença de religiosos nas urnas (ocupação) e o uso dos termos ligados à religiosidade (nome de urna) como forma de identificação política perante o eleitorado e possível estratégia de ampliação da base eleitoral.

As informações deste estudo foram levantadas com base no acesso aos dados do repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 16/08/2026, às 12:30:07.

O banco de dados de candidaturas do TSE apresenta apenas uma categoria profissional possível: “sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa”. Ou seja, não há, na ocupação, o detalhamento do pertencimento religioso do candidato(a), por exemplo, se é católico ou protestante, ou se pertence a uma congregação/denominação específica, e o cargo que ocupa na mesma.

Para a análise de nomes de urna, foi feita busca ativa no banco de dados nos nomes de urna que possuem algum dos 14 termos religiosos levantados em 2022: pastor, pastora, pr, padre, apóstolo, bispo, bispa, reverendo, capelão, frei, missionária, missionário, mãe e pai. Foram incluídos, neste ano, os termos: pastoral, profeta, terreiro, reverendo, diácono e diácona, totalizando 20 termos buscados.

Após o levantamento inicial, todas as candidaturas identificadas passam por conferência individual, com o objetivo de confirmar se os termos identificados efetivamente se referem a religiosos e se estão alinhados aos critérios estabelecidos pela metodologia.

5 O Acórdão traz como teses de julgamento: “1. A utilização de estrutura e da autoridade religiosas pode configurar abuso de poder político ou econômico quando demonstrado desvio de finalidade e impacto na igualdade do pleito. 2. A liberdade religiosa não afasta a incidência de normas eleitorais quando utilizada para fins de promoção eleitoral. (...) 4. O candidato que participa ou se beneficia conscientemente de prática abusiva responde pelo ilícito eleitoral”.

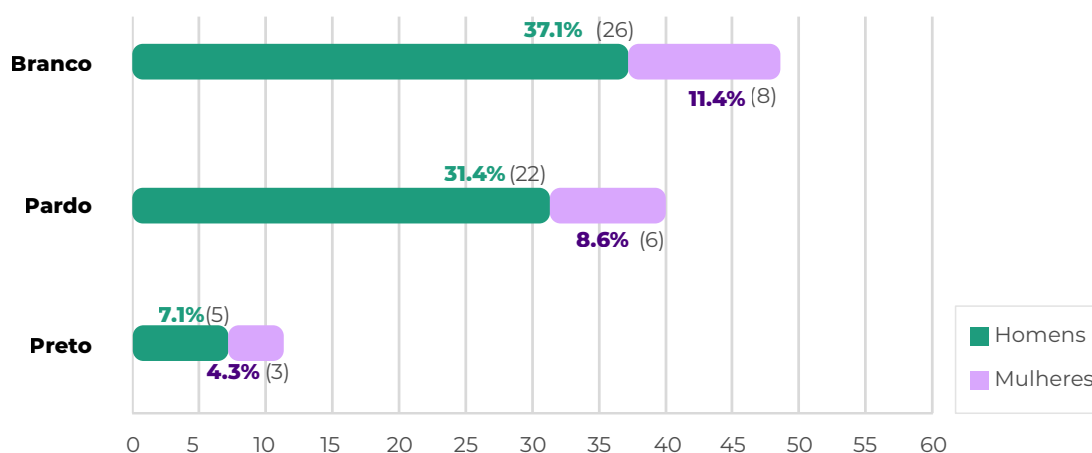
4. Ocupação “religioso”

Das 20.448 candidaturas ao pleito de 2026, 70 (0,34%) declararam como ocupação ser sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa.

Nesta categoria, 2 (2,9%) se candidataram para o cargo de 1º suplente (de senador), 4 (5,7%) para deputado distrital, 35 (50%) para deputado estadual, 28 (40%) para deputado federal e 1 (1,4%) para vice-governador; 19 (27,1%) também foram candidatos em 2022, 19 estão se recandidatando e 4 estão tentando a reeleição.

Neste universo de 70, 53 (75,7%) são homens e 17 (24,3%) são mulheres. No recorte de gênero e cor/raça, 26 (37,1%) são homens brancos, 22 (31,4%) são homens pardos, 5 (7,1%) são homens pretos, 8 (11,4%) são mulheres brancas, 6 (8,6%) são mulheres pardas e 3 (4,3%) são mulheres pretas. Apenas uma candidatura se declarou quilombola e nenhuma indígena.

GRÁFICO 1 Composição por gênero e raça/cor (2026)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

Das 70 candidaturas que declararam ocupação sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa, 12 (17,1%) estão na região Centro-Oeste, 18 (25,7%) na região Nordeste, 9 (12,9%) na região Norte, 19 (27,1%) na região Sudeste e 12 (17,1%) na região Sul.

Em relação ao espectro político-ideológico do partido⁶, 45 (64,3%) são de direita, 14 (20%) são de centro e 11 (11,7%) são de esquerda.

6 A definição do espectro político-ideológico dos partidos nestas eleições baseou-se no estudo de Sardinha e Costa (2019), publicado no Congresso em Foco Desta forma, os 30 partidos políticos registrados no TSE foram assim classificados: AGIR (Direita), AVANTE (Centro), CIDADANIA (Esquerda), DC (Direita), DEMOCRATA (Direita), MOBILIZA (Esquerda), MDB (Centro), MISSÃO (Direita), NOVO (Direita), PCB (Esquerda), PCdoB (Esquerda), PCO (Esquerda), PSDB (Centro), PDT (Esquerda), PT (Esquerda), PL (Direita), PRD (Direita), PRTB (Direita), PSD (Direita), PSOL (Esquerda), PSB (Esquerda), PSTU (Esquerda), PV (Esquerda), PODE (Direita), PP (Direita), REDE (Esquerda), REPUBLICANOS (Direita), SOLIDARIEDADE (Centro), UNIÃO (Direita) e UP (Esquerda). Referência: Sardinha, E.; & Costa, S. (2019). Direita cresce e engole o centro no congresso mais fragmentado da história. Congresso em Foco. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/direita-cresce-e-engole-o-centro-no-congresso-mais-fragmentado-da-historia/>

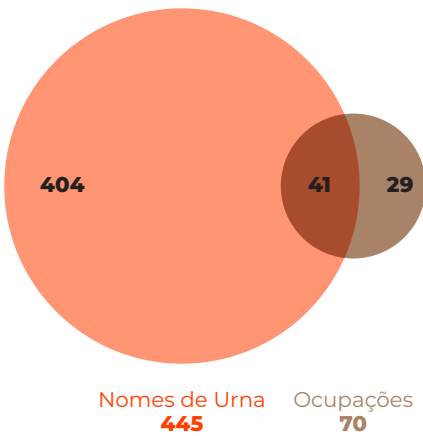
Das 70 candidaturas que declararam ocupação sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa, 41 (58,6%) também utilizaram no nome urna termo que remete a alguma afiliação religiosa.

5. Nome de urna com afiliação religiosa

Das 20.448 candidaturas, foram encontradas 445 (2,2%) cujos nomes de urna fazem menção a alguma afiliação religiosa.

Dessas, 41 (9,2%) também declararam como ocupação ser sacerdote ou membro de ordem religiosa (ou seja, 29 pessoas declaram ocupação religiosa, mas não usam nome de urna com essa referência) e 404 (90,8%) declararam outra ocupação. Dentre aqueles que declararam outras ocupações, as mais frequentes foram empresário 37 (8,3%), dona de casa 18 (4%) e deputado 13 (2,9%), além de 111 (24,3%) que declararam como ocupação ‘outros’ e 16 aposentados – exceto servidores públicos (3,6%).

GRÁFICO 2 Religiosos (2026)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

Os termos encontrados (considerando suas variações), de acordo com a metodologia utilizada, nas 445 candidaturas com nome de com afiliação religiosa para as eleições de 2026, em ordem decrescente, foram:

- 285 (64,0%) Pastores;
- 42 (9,4%) Irmãos;
- 39 (8,8%) Missionários;
- 31 (7,0%) Bispos;
- 16 (3,6%) Mães;
- 11 (2,5%) Apóstolos;

- 11 (2,5%) Padres;
- 2 (0,4%) Capelães;
- 2 (0,4%) Profetas;
- 1 (0,2%) Diácono;
- 1 (0,2%) Frei;
- 1 (0,2%) Pai/Terreiro;
- 1 (0,2%) Pastoral;
- 1 (0,2%) Reverendo; e
- 1 (0,2%) Terreiro.

Apenas 3 (0,7%) candidaturas fazem, no nome de urna, a junção de termo com afiliação religiosa e termo ligado a militares e forças de segurança: Soldado Pastor Ezequiel (candidato a deputado federal pelo PODE/PR); Pastor Sargento Gualterney (candidato a deputado estadual pelo NOVO/MT); e Pastor Sargento Isidorio (candidato a deputado federal pelo AVANTE/BA).

Das 445 candidaturas com **nome de urna** com afiliação religiosa, 229 (51,5%) concorrem para o cargo de deputado estadual, 181 (40,7%) para deputado federal, 14 (3,1%) para deputado distrital, 9 (2%) como 2º suplente (Senado), 6 (1,3%) para senador, 3 (0,7%) como vice-governador e 3 (0,7%) como 1º suplente (Senado).

Das candidaturas desta categoria, 295 (66,3%) são de homens e 150 (33,7%) são de mulheres. 9 (2%) se declararam quilombola. Na interseção entre gênero e cor/raça, as candidaturas, em ordem decrescente, estão assim distribuídas:

- 147 (33%) Homens pardos;
- 91 (20,4%) Homens brancos;
- 67 (15,1%) Mulheres pardas;
- 56 (12,6%) Homens pretos;
- 45 (10,1%) Mulheres pretas;
- 38 (8,5%) Mulheres brancas; e
- 1 (0,2%) Homem amarelo.

Em relação ao espectro político-ideológico partidário, 252 (56,6%) são de direita, 97 (21,8%) são de esquerda e 96 (21,6%) são de centro.

Das 18 candidaturas que fazem menção à religião de matriz africana (termos mãe, pai e terreiro) 13 (72,2%) são candidaturas de esquerda, 4 de direita e 1 de centro. Dos 285 pastores (e variações), 168 (58,9%) são de direita, 66 de centro e 51 de esquerda.

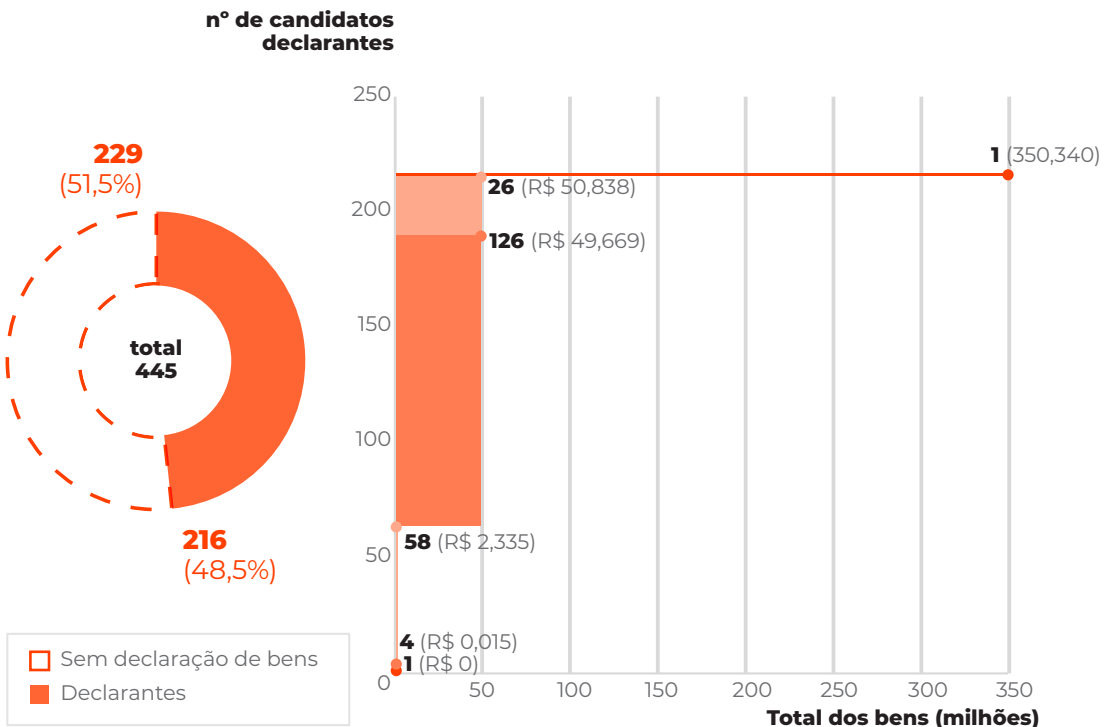
A idade média desta categoria é de 53 anos e o valor médio dos bens declarados é de R\$ 607.543,03, com variações entre R\$ 0,00 e R\$ 350 milhões. Quando observamos por faixas, a maioria das candidaturas (126 em um universo de 216) declarou patrimônio de 100 mil e 1 milhão de reais, seguidos das 58 candidaturas que declararam patrimônio de 10 mil a 100 mil reais.

TABELA 1 Patrimônio das candidaturas religiosas (2026)

Faixa de Patrimônio	Candi-datos	% do Total (445)	% entre declarantes (216)	Média dos bens (R\$ milhões)	Mediana dos bens (R\$ milhões)	Total dos bens (R\$ milhões)
R\$ 0	1	0,2%	0,5%	—	—	—
R\$ 1 – R\$ 10 mil	4	0,9%	1,9%	0,004	0,015	0,015
R\$ 10.001 – R\$ 100 mil	58	13,0%	26,9%	0,040	0,034	2,335
R\$ 100.001 – R\$ 1 milhão	126	28,3%	58,3%	0,394	0,319	49,669
R\$ 1 milhão – R\$ 10 milhões	26	5,8%	12,0%	1,955	1,597	50,838
Acima de R\$ 10 milhões	1	0,2%	0,5%	350,340	350,340	350,340
Total (declarantes)	216	48,5%	100,0%	2,098	0,214	453,227
Sem declaração de bens	229	51,5%	—	—	—	—

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

GRÁFICO 3 Distribuição do patrimônio dos candidatos com nome de urna religiosos (2026)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

O partido com mais candidaturas desta categoria é o MDB, com 39 (8,7%) das candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa, seguido do NOVO, com 37 (8,3%)⁷. PCB, PCdoB, PCO, PSTU e UP não possuem candidaturas desta categoria. PT tem 16 candidaturas deste grupo (1 apóstolo, 1 bispo, 1 irmão, 2 mães, 2 missionários, 4 padres e 5 pastores) e PSOL têm 15 (1 capelão, 6 mães/pai de terreiro, 7 pastores e 1 de pastora).

TABELA 2 Distribuição de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por partido político (2026)

Partido	Religiosos	%	Candidaturas (total)	%	Proporção de candidaturas religiosas no partido
AGIR	11	2,5%	456	2,2%	2,4%
AVANTE	23	5,2%	946	4,6%	2,4%
CIDADANIA	3	0,7%	146	0,7%	2,1%
DC	34	7,6%	747	3,7%	4,6%
DEMOCRATA	15	3,4%	402	2,0%	3,7%
MDB	39	8,8%	1.387	6,8%	2,8%
MISSÃO	3	0,7%	540	2,6%	0,6%
MOBILIZA	17	3,8%	569	2,8%	3,0%
NOVO	36	8,1%	1.285	6,3%	2,9%
PCB	0	0,0%	23	0,1%	0,0%
PCDOB	0	0,0%	146	0,7%	0,0%
PCO	0	0,0%	146	0,7%	0,0%
PDT	27	6,1%	1.093	5,3%	2,5%
PL	34	7,6%	1.619	7,9%	2,1%
PODE	24	5,4%	1.214	5,9%	2,0%
PP	16	3,6%	709	3,5%	2,3%
PRD	10	2,2%	481	2,4%	2,1%
PRTB	1	0,2%	10	0,0%	10,0%
PSB	6	1,3%	953	4,7%	0,6%
PSD	17	3,8%	1.113	5,4%	1,5%
PSDB	13	2,9%	1.062	5,2%	1,2%
PSOL	15	3,4%	787	3,8%	1,9%
PSTU	0	0,0%	126	0,6%	0,0%
PT	16	3,6%	1.095	5,4%	1,5%
PV	2	0,4%	232	1,1%	1,3%
REDE	11	2,5%	350	1,7%	3,1%
REPUBLICANOS	34	7,6%	1.296	6,3%	2,6%
SOLIDARIEDADE	21	4,7%	501	2,5%	4,2%
UNIÃO	17	3,8%	826	4,0%	2,1%
UP	0	0,0%	188	0,9%	0,0%
Total	445	100,0%	20.448	100,0%	2,2%

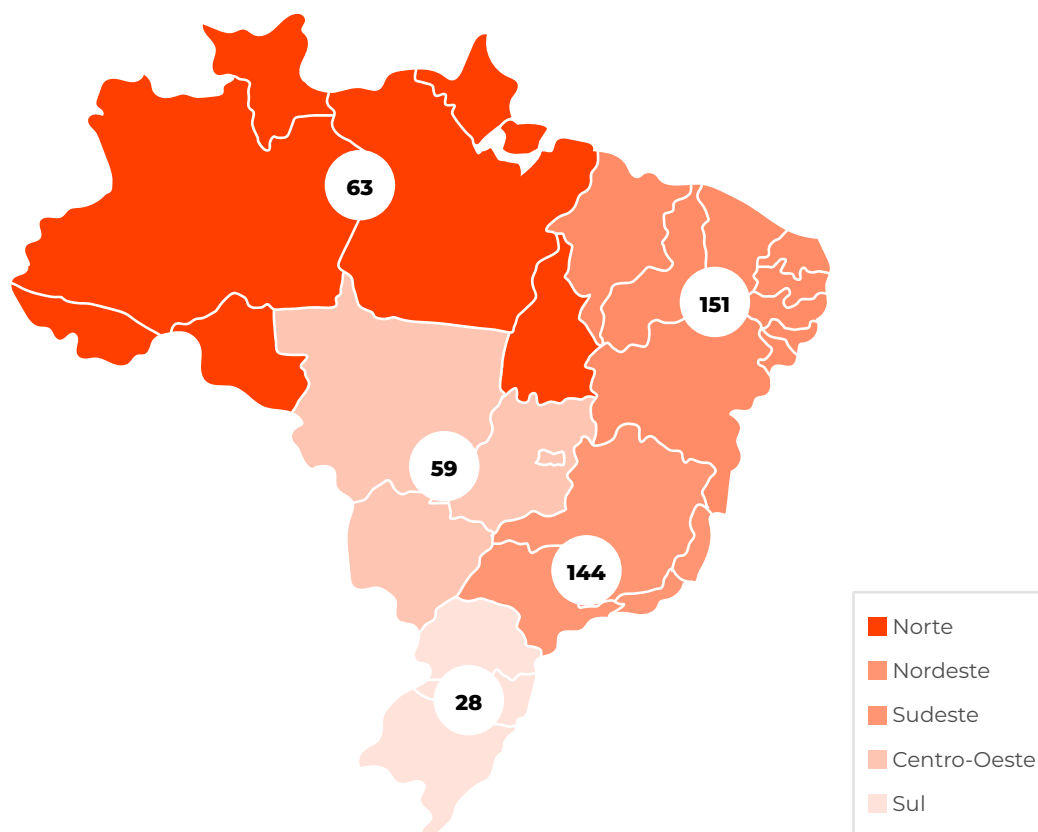
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

⁷ O partido que, proporcionalmente, possui mais candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa é o PRTB (10%), já que, de seus 10 candidatos às eleições de 2026, 1 possui nome de urna com afiliação religiosa.

Das 445 candidaturas, 125 (28,1%) também concorreram em 2022 e 13 (2,9%) buscam a reeleição.

Na distribuição geográfica, 151 (33,9%) são da região Nordeste, 144 (32,4%) são da região Sudeste, 63 (14,2%) são da região Norte, 59 (13,3%) são da região Centro-Oeste e 28 (6,3%) são da região Sul.

GRÁFICO 4 Candidaturas religiosas por região (2026)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

A Unidade Federativa (UF) que mais possui candidaturas desta categoria é São Paulo, com 51 (11,5%) candidaturas, seguida de Rio de Janeiro 50 (11,2%) e Pernambuco 34 (7,6%). Alagoas, Amazonas e Mato Grosso do Sul são os estados com a menor quantidade, com 4 (0,9%) candidaturas cada. Sergipe é a UF com a maior proporção de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por candidaturas na UF, onde 5% são deste tipo. Segue, na proporção Piauí (4,7%) e Mato Grosso (4,1%). Santa Catarina é o estado com a menor proporção: 0,7% das candidaturas usam nome de urna com afiliação religiosa.

TABELA 3 Distribuição de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por UF (2026)

UF	Religiosos	%	Candidaturas (total)	%	Proporção de candidaturas religiosas na UF
AC	7	1,6%	373	1,8%	1,9%
AL	4	0,9%	267	1,3%	1,5%
AM	4	0,9%	461	2,3%	0,9%
AP	10	2,2%	316	1,5%	3,2%
BA	33	7,4%	1.195	5,8%	2,8%
CE	19	4,3%	697	3,4%	2,7%
DF	17	3,8%	641	3,1%	2,7%
ES	14	3,1%	579	2,8%	2,4%
GO	20	4,5%	887	4,3%	2,4%
MA	11	2,5%	602	2,9%	1,8%
MG	29	6,5%	1.807	8,8%	1,7%
MS	4	0,9%	419	2,0%	1,0%
MT	18	4,0%	441	2,2%	4,1%
PA	16	3,6%	710	3,5%	2,3%
PB	7	1,6%	429	2,1%	1,6%
PE	34	7,6%	952	4,7%	3,6%
PI	18	4,0%	385	1,9%	4,7%
PR	11	2,5%	1.062	5,2%	1,0%
RJ	50	11,2%	2.011	9,8%	2,5%
RN	5	1,1%	324	1,6%	1,5%
RO	11	2,5%	427	2,1%	2,6%
RR	9	2,0%	394	1,9%	2,3%
RS	12	2,7%	1.048	5,1%	1,1%
SC	5	1,1%	692	3,4%	0,7%
SE	20	4,5%	402	2,0%	5,0%
SP	51	11,5%	2.545	12,4%	2,0%
TO	6	1,3%	356	1,7%	1,7%
BR	0	0,0%	26	0,1%	0,0%
Total	447	100,0%	20.448	100,0%	2,2%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

6. Comparativos de candidaturas com afiliação religiosa no nome de urna entre 2022 e 2026

Em comparação com as eleições gerais de 2022, houve uma leve redução de 0,5 pontos percentuais de candidaturas que usam no nome de urna termo com afiliação religiosa: antes eram 2,7% do total de candidaturas; em 2026, são 2,2%.

Nas eleições de 2026, não há candidaturas religiosas para os cargos de chefe do Executivo (presidente e governador), diferentemente do que aconteceu em 2022⁸. Essas candidaturas pleiteiam mais cargos do legislativo, com aumento em relação a 2022 das candidaturas para os cargos de deputado federal (7,4 p.p.), deputado distrital (0,6 p.p.), senador (0,5 p.p.) e 2º suplente (1,3 p.p.). Por outro lado, houve uma redução sensível destas candidaturas para o cargo de deputado estadual, de 9,1 pontos percentuais. Este dado expressa uma estratégia de tentativa de galgar espaços de maior poder e prestígio a partir da religião.

Observando a proporção de candidaturas com nome de urna com afiliações religiosas nas eleições de 2026 com o universo total de candidaturas para o mesmo ano, chama atenção a concentração deste tipo para o cargo de deputado distrital: proporcionalmente, são 2% da quantidade total de candidaturas, mas são 3,1% das candidaturas de religiosos.

TABELA 4 Comparativo de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por cargo (2026 e 2022)

Cargos	2026				2022			
	Religiosos	%	Total de cand.	%	Religiosos	%	Total de cand.	%
Deputado distrital	14	3,1%	419	2,0%	18	2,5%	586	2,1%
Deputado estadual	229	51,5%	11.074	54,2%	439	60,6%	15.743	57,7%
Deputado federal	181	40,7%	7.594	37,1%	241	33,3%	9.823	36,0%
Senador	6	1,3%	314	1,5%	6	0,8%	224	0,8%
1º suplente	3	0,7%	315	1,5%	9	1,2%	222	0,8%
2º suplente	9	2,0%	317	1,6%	5	0,7%	221	0,8%
Governador	0	0,0%	194	0,9%	2	0,3%	216	0,8%
Vice-governador	3	0,7%	195	1,0%	2	0,3%	215	0,8%
Presidente	0	0,0%	13	0,1%	1	0,1%	11	0,0%
Vice-presidente	0	0,0%	13	0,1%	1	0,1%	11	0,0%
Total	445	100%	20.448	100%	724	100%	27.272	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

8 2022: Kelson Luís da Silva Souza se apresentou à presidência com o nome de urna “Padre” e Wellington Duarte Carneiro e Marcos Roberto Lessa Ritela ambos com o nome de urna “Pastor”, o primeiro em Pernambuco, o segundo em Mato Grosso.

Em relação às eleições de 2022, houve um aumento da proporção de mulheres neste tipo de candidatura, que chega a 33,8% (aumento de 5,8 p.p.) em 2026, quase se equiparando à proporção de mulheres candidatas ao pleito deste ano.

TABELA 5 Comparativo de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por gênero (2026 e 2022)

Gênero	2026				2022			
	Religiosos	%	Total de cand.	%	Religiosos	%	Total de cand.	%
Mulheres	150	33,7%	7.116	34,8%	203	28,0%	9.222	33,8%
Homens	295	66,3%	13.332	65,2%	521	72,0%	18.049	66,2%
Total	445	100%	20.448	100%	724	100%	27.271 ⁹	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

Diferentemente das eleições de 2022 (com 3 candidaturas), as eleições de 2026 não possuem candidaturas de indígenas com nome de urna com afiliação religiosa. No recorte de gênero e raça/cor, homens pardos continuam sendo a maioria, entretanto, com aumento da proporção entre 2022 e 2026 da participação de mulheres pardas (3,5 p.p.) e mulheres pretas (3,6 p.p.). A presença proporcional de mulheres pretas e pardas em 2026 nas candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa também é maior do que a participação delas no universo total de candidaturas.

TABELA 6 Comparativo de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por gênero e raça/cor (2026 e 2022)

Gênero e raça/cor	2026				2022			
	Religiosos	%	Total de cand.	%	Religiosos	%	Total de cand.	%
Homens brancos	91	20,4%	6.688	32,7%	158	21,8%	9.035	33,1%
Homens pardos	147	33%	4.917	24,0%	245	33,8%	6.620	24,3%
Homens pretos	56	12,6%	1.555	7,6%	112	15,5%	2.142	7,9%
Homens amarelos	1	0,2%	65	0,3%	0	0,0%	66	0,2%
Homens indígenas	0	0,0%	107	0,5%	2	0,3%	96	0,4%
Mulheres brancas	38	8,5%	3.271	16,0%	67	9,3%	4.204	15,4%
Mulheres pardas	67	15,1%	2.485	12,2%	84	11,6%	3.158	11,6%
Mulheres pretas	45	10,1%	1.234	6,0%	47	6,5%	1.701	6,2%
Mulheres amarelas	0	0,0%	42	0,2%	2	0,3%	44	0,2%
Mulheres indígenas	0	0,0%	84	0,4%	1	0,1%	77	0,3%
Homens Não Informado	0	0,0%	0	0,0%	4	0,6%	90	0,3%
Mulheres Não Informado	0	0,0%	0	0,0%	2	0,3%	38	0,1%
Total	445	100%	20.448	100%	724	100%	27.271	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

9 Uma candidatura possui gênero e cor/raça como não divulgável.

Apesar de as candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa continuarem, em sua maioria, de direita, houve um aumento deste tipo de candidatura em 2026 em relação a 2022 no centro (2,5 p.p.) e na esquerda (7,2 p.p.).

TABELA 7 Comparativo de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por espectro político (2026 e 2022)

Espectro político-partidário	2026				2022			
	Religiosos	%	Total de cand.	%	Religiosos	%	Total de cand.	%
Centro	96	21,6%	3.896	19,1%	129	17,8%	5.091	18,7%
Direita	252	56,6%	10.698	52,3%	489	67,5%	15.024	55,1%
Esquerda	97	21,8%	5.854	28,6%	106	14,6%	7.157	26,2%
Total	445	100%	20.448	100%	724	100%	27.272	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

Na análise de macrorregiões destas candidaturas, quando comparadas as candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa de 2022 e 2026, enquanto a proporção se manteve estável nas regiões Norte e Nordeste, houve uma expansão expressiva desta categoria no Centro-Oeste (4 p.p.), enquanto houve retração nas regiões Norte (2,2 p.p.) e Sul (1,6 p.p.).

TABELA 8 Comparativo de candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa por região (2026 e 2022)

Região	2026				2022			
	Religiosos	%	Total de cand.	%	Religiosos	%	Total de cand.	%
Centro-Oeste	59	13,3%	2.388	11,7%	67	9,3%	3.020	11,1%
Nordeste	151	33,9%	5.253	25,7%	244	33,7%	6.887	25,3%
Norte	63	14,2%	3.037	14,9%	119	16,4%	4.207	15,4%
Sudeste	144	32,4%	6.942	33,9%	235	32,5%	9.316	34,2%
Sul	28	6,3%	2.802	13,7%	57	7,9%	3.820	14,0%
Nacional	0	0,0%	26	0,1%	2	0,3%	22	0,1%
Total	445	100%	20.448	100%	724	100%	27.272	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração: Inesc e CommonData.

Nas eleições de 2022, essas candidaturas estavam mais concentradas na região Nordeste, onde a proporção das candidaturas com nome de urna com afiliação religiosa era maior que a proporção do total de candidaturas da região. Em 2026, essas candidaturas estão mais concentradas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.



Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17,

13º Andar Cobertura – Edifício Márcia.

CEP: 70.307-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: inesc@inesc.org.br

Página Eletrônica: www.inesc.org.br